



JUSTIÇA FEDERAL EM PERNAMBUCO

PROCESSO SELETIVO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS DE NÍVEL SUPERIOR

CADERNO DE PROVA

Opção: DIREITO

Data: 23 de julho de 2017

LEIA COM ATENÇÃO

PROVA

Além deste Caderno de Prova, contendo 40 (quarenta) questões objetivas, você receberá do fiscal de sala, uma folha destinada às respostas das questões objetivas (Folhas de Respostas) e uma Folha de Redação.

TEMPO

O tempo disponível para realização da prova, incluído o tempo para a marcação da Folha de Respostas e Folha de Redação, será 04(quatro) horas:

- Permanência mínima de 01 (uma) hora após o início da prova;
- O candidato poderá levar seu Caderno de Provas 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

É PROIBIDO

Folhear o Caderno de Provas antes da autorização do Fiscal;

Qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;

Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;

Fazer uso dos sanitários, após o término da prova;

Sair do prédio de aplicação das provas portando a Folha de Respostas e Folha de Redação, documentos oficiais para avaliação.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelo Fiscal de Sala;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as providências;
- Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo;
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 40 questões;
- Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa;
- Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas;
- Confira, na sua Folha de Respostas e Folha de Redação, todos os seus dados impressos, nome, número de inscrição, documento de identidade e data de nascimento;
- Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta(material transparente). A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese, ela será substituída;
- Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo;
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova, cabe exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída dos sanitários durante a realização da prova;
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção o candidato que fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova ou a Folha de Respostas;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas e Folha de Redação.
- Os 03 (três) últimos candidatos ao terminarem as provas deverão permanecer juntos na sala de provas, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de coletadas suas respectivas assinaturas;
- Qualquer tentativa de fraude implicará imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis com prisão em flagrante dos envolvidos.



NOME			
INSCRIÇÃO	SALA	IDENTIDADE	ORGAO/UF

REDAÇÃO

Redigir um texto dissertativo/ argumentativo cujo tema seja “**Como ser um profissional ético em uma sociedade caótica?**” Os textos abaixo servem apenas como reflexão, não podendo ser reproduzidos, nem plagiados.

Texto 1

Ter ética profissional e adequar-se às normas de conduta de uma empresa são condições cada vez mais valorizadas no reconhecimento dos trabalhadores e no processo seletivo de novos funcionários. Para você conquistar uma vaga no mercado de trabalho e manter-se no emprego em longo prazo, é preciso mais que formação acadêmica e experiência profissional.

A ética profissional é um conjunto de **valores e normas** de comportamento e de relacionamento adotados no ambiente de trabalho, no exercício de qualquer atividade. Ter uma conduta ética é saber construir relações de qualidade com colegas, chefes e subordinados, contribuir para bom funcionamento das rotinas de trabalho e para a formação de uma imagem positiva da instituição perante os públicos de interesse, como acionistas, clientes e a sociedade em geral.

www.guiadacarreira.com.br acesso em 04/07/2017

Texto 2

O homem vive em sociedade, convive com outros homens, interage metabolicamente com a natureza para prover as necessidades relacionadas à sua existência, impactando positivamente e/ou negativamente sobre a mesma e sobre si mesmo. Portanto, cabe-lhe se dispor a pensar e a responder às seguintes perguntas: Como devo agir perante os outros homens? Como devo agir sobre a natureza? Obviamente estas questões são fáceis de serem formuladas, mas difíceis de serem respondidas por que são perguntas centrais da Ética. Aristóteles (384 a.C.* 322 a.C.†), filósofo grego, ao se referir à Ética afirma “o estudo da ética deve enfatizar o preparo do indivíduo para que o mesmo possa viver em sociedade. Há, portanto, um campo comum entre ética e política. A ética deve estabelecer o princípio de ação virtuosa; a política deve enfatizar os homens como um ser social procurando estabelecer os princípios de sua ação racional”. Todas as profissões têm seu próprio Código de Ética, trazendo benefícios recíprocos a quem pratica e a quem recebe preservando condutas condizentes com os princípios éticos específicos.

www.rhportal.com.br acesso em 04/07/2017

As redações serão avaliadas mediante os seguintes critérios

- Adequação ao tema
- Atendimento à superestrutura do texto pedido
- Emprego adequado dos mecanismos de coesão
- Relevância de argumentos e de informações
- Originalidade
- Pleno domínio da variedade formal da língua portuguesa
- Ter entre 20 e 30 linhas

Observações redações com fuga do tema, rasuras, sinais de identificação, termos chulos receberão nota zero, implicando diminuição da nota fuga parcial.

Receberá nota 0,00 (zero) e será ELIMINADO da Seleção Pública, independente da Nota e da Classificação obtida na Prova Objetiva, o candidato que na redação:

- Fugir completamente do tema proposto;
- Transcrever a versão definitiva a lápis, em parte ou na sua totalidade;
- Entregar a versão definitiva em branco;
- Apresentar a versão definitiva com letra ilegível;
- Deixar alguma marca na Folha de Redação, que possa identificá-lo.

REDAÇÃO – RASCUNHO

TEMA DA REDAÇÃO:

“Como ser um profissional ético em uma sociedade caótica?”

TÍTULO:

1

10

20

30

PROVA: LÍNGUA PORTUGUESA

Texto 1

O que um profissional precisa fazer para não se tornar obsoleto amanhã

A automatização, os softwares e os robôs ocuparão funções hoje exercidas pelos homens e deixarão um déficit de 5 milhões de empregos nas 15 maiores economias do mundo, segundo a pesquisa "O futuro do trabalho", publicada em 2016 pelo Fórum Econômico Mundial.

O que é possível fazer para que as pessoas não terminem obsoletas e desempregadas?

Há soluções, mas é vital agir imediatamente, alerta o inglês Rohit Talwar, mestre em administração e presidente da Fast Future, organização britânica de pesquisa sobre o futuro.

"Precisamos fazer esforços para ajudar as pessoas a desenvolver novas habilidades, seja para que trabalhem como autônomas ou para que criem seus negócios", diz.

Para Talwar, é necessário que os governos invistam na capacitação das pessoas, mas também é importante oferecer incentivos para que empresas criem novos postos de trabalho. Em um período de três a cinco anos, segundo ele, "quando as grandes mudanças realmente acontecerem", são esses negócios que absorverão quem será cortado das grandes companhias.

Quem deixou para trás uma carreira tradicional na área da advocacia em busca de um caminho autônomo foi André Arcas, 25, que em 2015 trancou a faculdade de direito para criar a Woole, aplicativo de rotas para ciclistas. A perspectiva é que, até 2018, ele consiga se manter com o app. Enquanto isso, vive de outra habilidade: ministra treinamentos sobre técnicas de apresentação. Essa soma de aptidões, conhecimentos e habilidades também é apontada pelos especialistas como uma marca dos empregos do amanhã.

Nesse tipo de trabalho múltiplo, além de mesclar conhecimentos de áreas diferentes, o profissional terá de conviver bem com as máquinas, diz Leonardo Nelmi Trevisan, pós-doutor em economia do trabalho pela Universidade de Londres e professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing.

Para muita gente, vai ser difícil virar a chave e se tornar um profissional de múltiplas habilidades, adaptado às tecnologias. Mas as mudanças não vão parar por aí. "Será preciso encontrar novos papéis e

acompanhar as transformações ao longo dos anos, por isso, a aprendizagem vai ter que seguir pela vida toda", afirma Trevisan.

Com a expectativa de vida se aproximando dos cem anos, é provável que uma criança que entrou na escola em 2017 tenha 40 empregos ao longo da vida, afirma Talwar. "Teremos que ensinar habilidades e permitir que aprendam outras, específicas para os próximos trabalhos."

Talvez isso seja distante da realidade dos profissionais mais velhos, mas não para os millenials, nascidos entre 1980 e 1995. Para o engenheiro Luiz Valente, diretor da recrutadora Talenses, a ascensão dessa geração impulsionou a mudança. Estudo da consultoria Deloitte aponta que, até 2020, eles serão 75% da força de trabalho, muitos em posição de comando.

O técnico em mecânica Isaac de Oliveira, 29, classificador de sucata na Gerda, não sofreu para se adaptar à tecnologia. Quando começou, recebia os caminhões, avaliava o material, anotava no papel e só usava o computador para liberar a carga. Hoje, faz tudo no celular.

DUARTE, Marcela

www.1folha.uol.com.br acesso em 01/07/2017

Texto para as questões de 1 a 5

Questão 01

O texto apresenta várias informações sobre o profissional do amanhã, no entanto, a ideia predominante se encontra na alternativa

- A máquina é a solução mais viável para um profissional obter sucesso com rapidez, então ele precisa ser excelente em relação à tecnologia.
- A vida impõe dinamismo contínuo, por isso o indivíduo necessita de transformar-se sempre a fim de continuar sendo requisitado pelo mercado de trabalho.
- O investimento, no ser humano, pelas forças governamentais, em quase nada, influi para o desenvolvimento do trabalhador.
- O homem público possui mais probabilidade de obter sucesso em qualquer setor em que invista porque seu acesso à tecnologia é bem mais viável.
- A necessidade de possuir várias habilidades é fator irrelevante para a obtenção de situação financeira coerente com o afã de sucesso do ser humano.

Questão 02

Salientam-se, no texto, diversas informações sobre o profissional em geral. Sobre tal aspecto e as características textuais, analise os itens abaixo a fim de poder responder a esta questão

- I. O homem estático, mas, que possui uma posição de destaque, não necessita modificar seu estilo de vida, pois nunca se tornará obsoleto.
- II. Um bom profissional, em um cômputo geral, é aquele possuidor de habilidades múltiplas, capaz de exercer atividades variadas em setores diversificados.
- III. O texto fornece informações bastante úteis para aqueles que estão a ingressar em um mercado de trabalho pleno de oscilações, por isso a linguagem predominante é denotativa.

Está(ão) corretos o(os) item(ns)

- a) Todos.
- b) Nenhum.
- c) Apenas I e II.
- d) II e III somente.
- e) Apenas II.

Questão 03

Quanto à estrutura e aos recursos estilísticos empregados pelo autor na formação do texto é correto afirmar que

- a) Os recursos linguísticos empregados pelo autor corroboram para a ambiguidade existente.
- b) Os elementos coesivos, por serem, em sua maioria, subordinados, conduzem o texto a uma progressão temática ilógica.
- c) O caos semântico existente é percebido devido a algumas interrogações empregadas aleatoriamente.
- d) O texto, pleno de alusões esdrúxulas, possui um caráter preponderantemente descritivo, com algumas incursões no gênero narrativo.
- e) A presença, nas informações e argumentos de verbos chamados **dicendi** (ou de **elocução**) é indício de intertextualidade discursiva.

Questão 04

Para responder a esta questão, deverão ser observados os recursos linguísticos em geral, o gênero e o tipo textuais.

- a) Trata-se de um gênero literário, cujos vocábulos empregados de maneira conotativa e denotativa evidenciam a verossimilhança com o conteúdo.
- b) Observa-se a não existência de elementos argumentativos, advindo disso a precariedade

das informações e a ausência de densidade no contexto.

- c) Nota-se que é um texto pertinente ao gênero textual dissertativo, e, em sendo um artigo, possui argumentação e dados pertinentes ao tema, contendo lógica e sendo coerente.
- d) Existe a ausência de elementos verbais que dinamizem o texto, com várias falhas no que diz respeito à autenticidade e a alguns aspectos semânticos.
- e) Percebe-se uma rica adjetivação, por isso a metalinguagem e o sentido empregados são perdidos em meio à ilocuidade existente.

Questão 05

“Há soluções, mas é vital agir imediatamente, alerta o inglês Rohit Talwar, mestre em administração e presidente da Fast Future, organização britânica de pesquisa sobre o futuro.

“Precisamos fazer esforços para ajudar as pessoas a desenvolver novas habilidades, seja para que trabalhem como autônomas ou para que criem seus negócios”, diz.

Para Talwar, é necessário que os governos invistam na capacitação das pessoas, mas também é importante oferecer incentivos para que empresas criem novos postos de trabalho. Em um período de três a cinco anos, segundo ele, “quando as grandes mudanças realmente acontecerem”, são esses negócios que absorverão quem será cortado das grandes companhias.”

Analise o excerto quanto aos aspectos fonético, morfológico sintático e semântico a fim de responder a esta questão.

- I. Os vocábulos quanto à morfologia e à sintaxe, estão obedecendo às normas da variedade formal da língua.
- II. Um sintagma nominal com função sintática de aposto se encontra no excerto.
- III. Um sujeito oracional, representado por uma oração subordinada substantiva está evidenciado no excerto.
- IV. “Sobre o **futuro**”, se o vocábulo destacado fosse substituído pelo termo “**porvir**” o sentido seria similar.

Está(ão) correta(s) a(s) afirmação(ões)

- a) Apenas I, II, IV.
- b) Somente II e IV.
- c) Todas.
- d) III e IV apenas.
- e) Nenhuma.

A partir da leitura do texto, responda as questões que se seguem:

Texto 2

Cadastro ambiental não evitou desmate nem restaurou florestas.

O Cadastro Ambiental Rural, instituído para monitorar a preservação e a recuperação de florestas em propriedades privadas, acaba de ganhar um lugar de destaque no rol das boas intenções que pavimentam o caminho do inferno. Um estudo publicado nesta segunda-feira (03) mostra que o CAR até aqui falhou em ambos os objetivos: o desmatamento ilegal nas fazendas não caiu após sua adoção e apenas 6% dos proprietários estão adotando alguma ação de restauro.

Um grupo de pesquisadores do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e da Universidade Federal de Minas Gerais avaliou o efeito do cadastro entre 2008 e 2013 em mais de 49 mil propriedades de Mato Grosso e Pará, Estados que primeiro implementaram o CAR e que também lideram o ranking de desmatamento no país.

A análise sugere que a adesão inicial foi alta, mas que, uma vez no sistema, os fazendeiros não encontraram incentivos para restaurar as florestas desmatadas ilegalmente em suas áreas. Pior ainda, não se sentiram coibidos em continuar desmatando. [...]

Pelo cadastro, cada fazendeiro declara quanto tem de vegetação nativa em sua propriedade e onde ela está. Usando imagens de satélite, o governo conseguiria saber, fazenda por fazenda, qual era o tamanho do passivo ambiental a recuperar e acompanhar ano a ano a evolução de cada área. Desmatamento ilegal seria flagrado pela tela do computador e o malfeitor, autuado remotamente.

A experiência pioneira de Mato Grosso e do Pará mostra que, na prática, a teoria foi outra. Nesses Estados, o CAR é exigido desde 2008 como condição para a obtenção de crédito rural nos municípios campeões de desmatamento. Após uma adesão inicial maciça, porém, os proprietários relaxaram, vendo que as multas não chegavam e os incentivos econômicos para manter as florestas em pé não avançavam.

Nas pequenas propriedades, o desmatamento caiu no primeiro ano, mas ao final do terceiro não havia diferença significativa nas taxas de derrubada em fazendas dentro e fora do cadastro. Nas grandes propriedades, o CAR não teve nenhum efeito discernível sobre o desmatamento, que cresceu ou caiu no período analisado por outras razões.

Os pesquisadores, liderados por Andréa Azevedo, então no Ipam, e Raoni Rajão, da UFMG, também entrevistaram quase uma centena de proprietários rurais em 20 municípios. Destes, 6% disseram estar adotando alguma ação de recuperação em suas áreas, 18% disseram que não adotavam nem pretendiam fazê-lo e 76% responderam que só se mexeriam caso o mercado exigisse ou o governo multasse. [...]

Um dos problemas, segundo a dupla, foi a hesitação inicial dos governos estaduais em multar cadastrados que delinquem. Mesmo sabendo dos malfeitos, as autuações não eram enviadas para não desestimular a adesão ao CAR. [...]

Nenhum dos dois se disse surpreso com os resultados. Em 2012, a dupla publicou, juntamente com Marcelo Stábile, também do Ipam, uma avaliação de oito anos do SLAPR, o sistema de cadastro rural de Mato Grosso que deu origem ao CAR. Eles descobriram que, após o terceiro ano de implementação, o desmatamento nas propriedades cadastradas era sistematicamente maior do que nas não cadastradas. Isso porque os proprietários usavam o SLAPR para obter licença ambiental de suas fazendas e, uma vez com o papel na mão, botavam tudo abaixo sem serem incomodados. [...] o grupo diz que tanto o governo quanto o setor privado terão de mudar.

O governo precisa fazer o que disse que faria desde o início: usar o cadastro para expor os malfeitores publicamente – há enorme resistência à transparência do CAR por parte de entidades do setor rural, que já pediram a cabeça do ministro Sarney Filho (Meio Ambiente) quando ele abriu a base de dados do cadastro, o SICAR, em 2016 – e mandar as multas pelo correio. Também ajuda a sensação de impunidade as sucessivas prorrogações do início da vigência do cadastro para efeito de crédito (exceto nos municípios críticos da Amazônia, onde isso já é praxe) e conversão de multas.

O setor privado, por outro lado, precisa incorporar o CAR à lista de exigências das cadeias de suprimento de produtos como soja e carne, que já têm algum tipo de controle hoje. “Algumas dessas cadeias são livres de desmatamento, mas não livres de ilegalidade”, disse Rajão. “O CAR tem potencial, mas precisa ter um direcionamento político”, afirmou Andréa Azevedo. “O Código Florestal é o ambiente em que o setor produtivo deveria se ancorar, principalmente agora, num momento de fragilidade do setor após as denúncias em relação à carne.”

Texto adaptado. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/569353-cadastro-ambiental-nao-evitou-desmate-nem-restaurou-florestas>>
Acesso em 05/07/2017. 09hr13min.

Questão 06

Entre as alternativas abaixo, que palavras são escritas com a terminação 'ÇÃO' pelo mesmo motivo das palavras 'preservação' e 'recuperação'?

- a) demonstração e inauguração
- b) atenção e instauração
- c) pretensão e ação
- d) terminação e intenção
- e) apresentação e supreção

Questão 07

Marque a única alternativa que apresenta desvio em relação à regência (nominal ou verbal) recomendada pela norma padrão.

- a) A maior parte dos proprietários cadastrados no CAR não obedecem às normas.
- b) Apesar do CAR visar à punição dos malfeitores, nenhuma multa foi emitida.
- c) Desde o período de implantação do CAR, em 2008, não se assistiu à exposição pública de nenhum malfeitor.
- d) Os pesquisadores procederam à análise com atraso, visto que o CAR teve início em 2008.
- e) O mau funcionamento do CAR implica em sérias e graves consequências para a natureza.

Questão 08

O advérbio 'abaixo' em "uma vez com o papel na mão, botavam tudo abaixo sem serem incomodados" (9º parágrafo) não pode ser utilizado com a mesma grafia, na frase:

- a) Para hoje se esperam temperatura abaixo de zero.
- b) Na sua bicicleta, desceu o morro de cima abaixo.
- c) Quando era pequeno, ele caiu abaixo do muro do quintal do vizinho.
- d) Abaixo a intolerância religiosa!
- e) Na tabela abaixo, encontram-se as informações de que necessita.

Questão 09

No trecho: "Um grupo de pesquisadores do Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia) e da Universidade Federal de Minas Gerais **avaliou** o efeito do cadastro entre 2008 e 2013 em mais de 49 mil propriedades de Mato Grosso e Pará, Estados que primeiro **implementaram** o CAR e que também **lideram** o ranking de desmatamento no país"; marque a alternativa em que a concordância dos verbos destacados não está corretamente analisada:

- a) O verbo 'avaliar' também poderia ser conjugado na 3ª pessoa do plural, visto que o núcleo do sujeito (grupo) vem especificado (de pesquisadores).
- b) O verbo 'implementar' está conjugado na 3ª pessoa do plural, porque concorda com o sujeito 'estados'.
- c) O verbo 'liderar' está conjugado na 3ª pessoa do plural, porque concorda com o sujeito 'estados'.
- d) O verbo 'liderar' está conjugado na 3ª pessoa do plural, porque a ação é realizada por Mato Grosso e Pará.
- e) O verbo 'avaliar' concorda com o núcleo do sujeito (grupo), por isso está flexionado no singular.

Questão 10

O trecho: "O setor privado, por outro lado, precisa incorporar o CAR à lista de exigências das cadeias de suprimento de produtos como soja e carne, que já têm algum tipo de controle hoje"; sofre modificação da pontuação, sem incorreção ou alteração do sentido inicial, em:

- a) Por outro lado, o setor privado precisa incorporar o CAR à lista de exigências das cadeias de suprimento de produtos como soja e carne, que já têm algum tipo de controle hoje.
- b) Por outro lado, o setor privado, precisa incorporar o CAR à lista de exigências das cadeias de suprimento de produtos como soja e carne, que já têm algum tipo de controle hoje.
- c) O setor privado, por outro lado, precisa incorporar o CAR à lista de exigências das cadeias de suprimento de produtos como: Soja e carne, que já têm algum tipo de controle hoje.
- d) O setor privado, por outro lado, precisa incorporar o CAR à lista de exigências das cadeias de suprimento de produtos como soja e carne. Que já têm algum tipo de controle hoje.
- e) Por outro lado: o setor privado precisa incorporar o CAR à lista de exigências das cadeias de suprimento de produtos como soja e carne, que já têm algum tipo de controle hoje.

PROVA: DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Os fundamentos da República Federativa do Brasil estão previstos no art. 1º, da Constituição Federal de 1988. Denominados os pilares do ordenamento jurídico brasileiro, assinale abaixo única a alternativa em que todas as citações são fundamentos:

- a) a soberania; a cidadania; os valores sociais do trabalho; construir uma sociedade livre, justa e solidária; reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- b) a dignidade da pessoa humana; o pluralismo político; a soberania; a cidadania; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- c) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; repúdio ao terrorismo e ao racismo; prevalência dos direitos humanos.
- d) reduzir as desigualdades sociais e regionais; construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- e) a cidadania, o pluralismo político; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Questão 12

O Brasil é um Estado federal, ou seja, adota a federação como forma de Estado. Há diversos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), todos eles autônomos, dotados de governo próprio e de capacidade política. Dentre as alternativas abaixo, apenas uma não contém as características de uma federação:

- a) Em uma federação não há o direito de secessão, ou seja, um estado ou município brasileiro não pode se separar do Brasil. É esse o princípio da indissolubilidade do vínculo federativo, o qual é reforçado pelo fato de que a federação é cláusula pétrea da CF/88 (art. 60§ 4º, I, CF), não podendo, portanto, ser objeto de emenda constitucional tendente à sua abolição.
- b) O Estado Federal apresenta duas características: autonomia e participação. A autonomia traduz-se na possibilidade de os Estados e Municípios terem sua própria estrutura governamental e competências, distintas daquelas da União. A participação, por sua vez, consiste em dar aos Estados a possibilidade de interferir na formação das leis.
- c) Na Federação os entes reunidos, apesar de não perderem suas personalidades jurídicas e serem autônomos, abrem mão de algumas prerrogativas, em benefício do todo (Estado

Federal). Dessas, a principal é a soberania. Autonomia difere de soberania. No Brasil, apenas a República Federativa do Brasil (RFB) é considerada soberana, inclusive para fins de direito internacional; só ela possui personalidade internacional. A União é quem representa a RFB no plano internacional, mas possui apenas autonomia, jamais soberania. Ressalte-se que os outros entes federativos até podem atuar no plano internacional, mas apenas na medida em que a constituição os autoriza.

- d) No Brasil, a União, os Estados-membros e os Municípios, todos igualmente autônomos, têm o mesmo status hierárquico, recebendo tratamento jurídico isonômico. O governo de qualquer um deles não pode determinar o que o governo do outro pode ou não fazer. Cada um exerce suas competências dentro dos limites reservados pela Constituição.
- e) Uma das características da Federação está na elegibilidade de seus governantes pelo povo e o caráter transitório de seu mandato, fato que vincula essa forma de estado à democracia. O governo é limitado e responsável, surgindo a ideia de responsabilidade da Administração Pública. Em uma federação, não pode ser objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir o "voto direto, secreto, universal e periódico".

Questão 13

A história da separação dos poderes remete à evolução da limitação do poder político. Desde a Grécia e Roma antigas observa-se essa tendência. Ela se baseia na premissa de que, quando o poder político está concentrado nas mãos de uma só pessoa, há uma tendência ao abuso do poder. Aristóteles identifica as origens da separação dos poderes no conceito de constituição mista, segundo o qual: "(...) constituição mista será aquela em que os vários grupos ou classes sociais participam do exercício do poder político, ou aquela em que o exercício da soberania ou o governo, em vez de estar nas mãos de uma única parte constitutiva da sociedade, é comum a todas" (BONAVIDES, História Constitucional dos Estados Brasileiros, 2014).

Sobre o tema, assinale a resposta incorreta:

- a) Modernamente, a separação de poderes não é vista como algo rígido. Verdaderamente, o poder político é uno, indivisível; assim, o que pode ser objeto de separação são as funções estatais (e não o poder político). Por essa razão, apesar de a Constituição falar em três Poderes, na verdade ela está se referindo às

- funções distintas de um mesmo Poder: a legislativa, a executiva e a judiciária.
- b) No sistema de Freios e Contrapesos, fez-se a seguinte divisão dos poderes do Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário. Cada um deles tem uma função típica: o poder Legislativo tem a função típica de legislar e fiscalizar; o Executivo, administrar a coisa pública; o Judiciário tem a função exclusiva de controlar este sistema.
- c) A independência entre os Poderes não é absoluta; é limitada pelo sistema de freios e contrapesos, de origem norte-americana. Esse sistema prevê a interferência legítima de um Poder sobre o outro, nos limites estabelecidos constitucionalmente. A previsão constitucional da possibilidade do “veto” do Poder Executivo à elaboração legislativa é exemplo mais difundido de forma de controle da atividade típica do Poder Legislativo por parte do Executivo.
- d) Os Poderes são “independentes”. Independência é a ausência de subordinação, de hierarquia entre os Poderes; cada um deles é livre para se organizar e não pode intervir indevidamente (fora dos limites constitucionais) na atuação do outro.
- e) Os Poderes são “harmônicos”. Harmonia significa colaboração, cooperação; visa garantir que os Poderes expressem uniformemente a vontade da União.

Questão 14

O direito brasileiro acolhe duas formas de controle da constitucionalidade: pela via de ação (método concentrado) ou pela via de exceção ou defesa (método difuso). A via de ação tem por objetivo expelir do ordenamento a lei ou ato normativo contrário à Constituição, bem como declarar a omissão inconstitucional. A Inconstitucionalidade por Ação tem como principal característica atacar o vício da lei em tese. A função da Inconstitucionalidade por Omissão é reprimir a omissão por parte dos poderes competentes, que atentem contra a Constituição. No art.103 do texto constitucional estão indicadas as pessoas autorizadas a propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade. Assinale abaixo a resposta que não contém uma dessas pessoas autorizadas:

- a) O Presidente da República; a confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- b) O Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

- c) A Mesa do Senado Federal; a Mesa da Câmara dos Deputados; a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- d) O Governador de Estado ou do Distrito Federal; o Procurador-Geral da República.
- e) O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; o partido político com representação no Congresso Nacional.

Questão 15

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) foi criado pela Constituição Federal de 1988. Composto por 33 ministros, é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil, seguindo os princípios constitucionais e a garantia e defesa do Estado de Direito. Sobre o STF, assinale abaixo com F para falsa e V para verdadeira. Em seguida, indique a alternativa que contém a sequência correta para responder à questão:

- () Em sua composição, é assegurada a participação de membros oriundos do Ministério Público e da Advocacia pelo sistema denominado quinto constitucional.
- () Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- () Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, originariamente, as ações penais por crimes comuns praticados por Desembargadores Federais e Estaduais e por membros dos Tribunais de Contas dos Municípios.
- () Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar recurso especial interposto em face de decisão do Tribunal Superior Eleitoral que denega ordem de habeas corpus.
- () A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e o Conselho da Justiça Federal funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça.

- a) V F V V V
b) F F F F F
c) V F F V V
d) F F V F V
e) V V V F F

Questão 16

As Constituições passam a existir a partir de determinado momento no tempo. Para existir no plano da realidade “algo” deve criá-las. Estamos falando do “poder originário”, assim definido por Paulo Bonavides: “se reduz formalmente a uma ação

constituente, capaz de criar ou modificar a ordem constitucional ou de produzir as instituições fundamentais de uma determinada sociedade” (BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 29 ed. Atual. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 162). O Poder Constituinte classifica-se em Poder Constituinte originário ou de 1.º grau e Poder Constituinte derivado, constituído ou de 2.º grau. Sobre o tema, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Haverá Poder Constituinte apenas no surgimento de uma primeira Constituição; na elaboração de qualquer Constituição posterior não se poderá falar de Poder Constituinte, em virtude dos princípios constitucionais limitativos, presentes em nosso ordenamento.
- b) Por apresentar as características de incondicionado e ilimitado, não existe forma prefixada através da qual o Poder Constituinte Originário se manifeste. Pela análise histórica da constituição dos diversos países, porém, há possibilidade de apontar duas formas básicas de expressão do poder constituinte originário: Assembleia Nacional Constituinte e Movimento Revolucionário (outorga).
- c) O Poder Constituinte Originário é ilimitado e autônomo, pois não está de modo algum limitado pelo direito anterior, não tendo que respeitar os limites postos pelo direito positivo antecessor. Também é incondicionado, pois não está sujeito a qualquer forma prefixada para manifestar sua vontade; não tem ela que seguir qualquer procedimento determinado para realizar sua obra de constitucionalização.
- d) O Poder Constituinte Derivado está inserido na própria Constituição, pois decorre de uma regra jurídica de autenticidade constitucional, portanto, conhece limitações constitucionais expressas e implícitas e é passível de controle de constitucionalidade.
- e) O Poder Constituinte Derivado subdivide-se em poder constituinte reformador e decorrente. O Poder Constituinte derivado reformador, também chamado de poder de competência reformadora, só estará presente nas Constituições rígidas e consiste na possibilidade de alterar-se o texto constitucional, respeitando-se a regulamentação especial prevista na própria Constituição Federal e será exercitado por determinados órgãos com caráter representativo. No Brasil, pelo Congresso Nacional. O Poder Constituinte derivado decorrente, por sua vez, consiste na possibilidade que os Estados-membros têm, em virtude de sua autonomia político-

administrativa, de se auto-organizarem por meio de suas respectivas constituições estaduais, sempre respeitando as regras limitativas estabelecidas pela Constituição Federal.

PROVA: DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 17

Os poderes da administração podem ser conceituados como poderes-deveres já que, reconhecidos ao poder público para que os exerça em benefício da coletividade, serão irrenunciáveis. Sobre os poderes administrativos, considere:

- I - O poder disciplinar é o que cabe à Administração Pública para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, bem como às demais pessoas, até mesmo particulares, sujeitas à disciplina administrativa.
- II – Decorre do poder hierárquico, a possibilidade de editar atos normativos que, entretanto, terão efeitos apenas internos.
- III – O poder de polícia possui, como atributos, a discricionariedade, a coercibilidade e a autoexecutoriedade. Esta última divide-se em exigibilidade, ou seja, quando a administração se vale de meios diretos de coação, e em executoriedade, quando a Administração pode realizar indiretamente a execução forçada.
- IV – O poder regulamentar pode ser definido como o que cabe ao Chefe do Poder Executivo da União, dos Estados e dos Municípios, de editar normas complementares à lei, para sua fiel execução.

Estão corretas apenas as assertivas:

- a) I e II;
- b) I, II, III e IV
- c) I, II e IV
- d) III e IV
- e) I e IV

Questão 18

Os princípios são proposições básicas, fundamentais, típicas que condicionam todas as estruturas subsequentes, de modo que o Direito Administrativo e a Administração Pública estão informados por determinados princípios. Sobre estes, podemos afirmar corretamente que:

- a) Os princípios elencados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988) devem ser seguidos apenas pela Administração Pública Direta, suas Autarquias e Fundações Públicas de Direito Público, mas não

- pelas Sociedades de Economia Mista, por serem, estas últimas, pessoas jurídicas de direito privado.
- b) Em decorrência do Princípio da Tutela, a Administração exerce o controle sobre seus próprios atos, com a possibilidade de anular os ilegais e revogar os inconvenientes ou inoportunos.
 - c) Da mesma forma como é para os particulares, o princípio da Legalidade, para a Administração Pública, consiste em ela só poder fazer aquilo que a lei permite.
 - d) Uma possível aplicação do princípio da Impessoalidade é quando se reconhece validade aos atos praticados por funcionário irregularmente investido no cargo ou função, sob o fundamento de que os atos são do órgão e não do agente público.
 - e) Por não se identificar com a Legalidade, a imoralidade administrativa, apesar de produzir efeitos jurídicos, não pode acarretar a invalidade de ato administrativo, seja pela via administrativa, seja pela via judicial.

Questão 19

Contrato Administrativo é a expressão reservada para designar os ajustes que a Administração, nessa qualidade, celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para a consecução de fins públicos, segundo regime jurídico de direito público. Logo, dentre as características desse tipo de contrato, podemos, de maneira correta, listar:

- a) A necessidade das alterações serem feitas de forma bilateral.
- b) A faculdade de exigência de garantia, na modalidade a ser escolhida pelo contratante, não podendo ultrapassar o correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato.
- c) A possibilidade da Administração Pública realizar a rescisão, por ato unilateral e escrito, em caso de dissolução da sociedade contratada ou falecimento do contratado.
- d) Sua imutabilidade, decorrente da sua finalidade em buscar o interesse público.
- e) Prazo de vigência indeterminado em caso de contrato que objetive serviço público essencial.

PROVA: DIREITO PENAL

Questão 20

O Código Penal prevê um rol de crimes que podem ser praticados por particulares contra a Administração Pública. Sobre tais delitos, podemos afirmar corretamente que:

- a) Por ser considerado um crime contra a administração pública, não é possível que um funcionário público seja o sujeito ativo do crime de desacato.

- b) Aquele que se opõe à execução de ato legal, mediante grave ameaça a funcionário público competente para executá-lo, pratica crime de desobediência.
- c) Não pratica o crime de desacato o particular que enviar mensagem de texto a um policial civil, que se encontra em município diverso, xingando-o de ladrão.
- d) Por se tratar de um crime material, o delito de “usurpação de função pública” consuma-se apenas com o efetivo dano ao patrimônio público. Ou seja, é necessário que o particular, usurpador de função, tenha auferido vantagem em razão do fato.
- e) Para a consumação do crime de corrupção ativa não prescinde, o particular, da prática do crime de corrupção passiva por parte do funcionário público.

Questão 21

Mário, na tentativa de receber indenização de seu seguro, incendiou, propositalmente, seu apartamento. Na tentativa de fuga do referido imóvel, entretanto, não conseguiu sair pelas portas, tentando, então, escapar pela janela com auxílio de uma corda, juntamente com sua esposa, Maria Lúcia, que não sabia das intenções do marido. A corda começou a romper-se e, tendo em vista o inevitável e atual perigo para sua vida, Mário bateu nas mãos de Maria Lúcia, fazendo com que ela soltasse a corda, caísse e morresse, permitindo, assim, que ele chegasse ao solo em segurança. Neste hipotético caso, Mário:

- a) Não agiu em estado de necessidade, pois não estava sendo vítima de uma agressão injusta.
- b) Não agiu em estado de necessidade porque era razoável exigir-se o sacrifício de direito próprio em detrimento do direito de sua esposa, na situação de perigo.
- c) Agiu em estado de necessidade, porque se tratava de perigo atual e inevitável
- d) Não agiu em estado de necessidade, porque a situação de perigo foi provocada por sua vontade.
- e) Agiu em estado de necessidade, porque o perigo, na situação, era contra o direito à vida, absoluto no ordenamento jurídico brasileiro.

Questão 22

Em uma situação hipotética, Paulo está prestes a desferir vários golpes de faca em Augusto, com intenção de matá-lo. Entretanto, em virtude de Augusto ter começado a chorar copiosamente e gritar implorando por sua vida, Paulo pensa melhor e, acatando o pedido de Augusto, não comete o homicídio.

Nesta situação, a conduta de Paulo enquadra-se em:

- a) Tentativa de homicídio, respondendo pela pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- b) Desistência voluntária, respondendo pela pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.
- c) Arrependimento Eficaz, respondendo apenas pelos atos já praticados.
- d) Tentativa de homicídio, respondendo apenas pelos atos já praticados.
- e) Desistência Voluntária, respondendo apenas pelos atos já praticados.

PROVA: DIREITO CIVIL

Questão 23

A personalidade civil é a soma dos caracteres da pessoa, ou seja, aquilo que ela é para si e para a sociedade. No tocante à personalidade civil da pessoa natural, pode-se afirmar corretamente que:

- a) A personalidade é a medida da capacidade.
- b) O início da personalidade civil se dará com o nascimento com vida caso não seja imediatamente registrada a pessoa nascida. Caso contrário, a personalidade terá início quando do registro civil, que tem natureza constitutiva.
- c) A personalidade termina com a morte, que pode ser presumida, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- d) No caso de morte, na mesma ocasião, de dois ou mais indivíduos, não se podendo averiguar, na hipótese, qual deles faleceu primeiro, presumir-se-á como falecido primeiro aquele que for mais idoso.
- e) A morte presumida poderá ser declarada, independente da decretação de ausência, quando o falecimento da pessoa que estava em perigo de vida for extremamente provável.

Questão 24

Enquanto a prescrição está associada às ações condenatórias, ou seja, mantendo relação com deveres e obrigações, a decadência está ligada a direitos potestativos e ações constitutivas, sejam elas positivas ou negativas, de modo que é possível diferenciar tais institutos – prescrição e decadência -. Sobre eles, é correto afirmar que:

- a) Assim como ocorre na prescrição, não ocorre decadência contra os relativamente capazes.
- b) Ocorrerá a interrupção da prescrição quando do despacho do juiz que ordenar a citação, caso o

interessado a promova no prazo e forma da lei processual, mesmo que tal juiz seja incompetente.

- c) A prescrição só poderá ser interrompida por quem for parte no processo em que a pretensão estiver sendo discutida.
- d) É de 4 anos o prazo prescricional da pretensão para haver prestações alimentares, a partir da data em que se vencerem.
- e) A renúncia da prescrição deverá ser feita de forma expressa, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir.

Questão 25

Os bens podem ser classificados de diversos modos, como, por exemplo, quanto à individualidade, consuntibilidade, fungibilidade, mobilidade ou quanto ao titular do domínio.

Quanto aos bens, marque a alternativa **INCORRETA**:

- a) Os bens imóveis, tais quais o direito à sucessão aberta ou materiais provisoriamente separados de um prédio para nele se reempregarem, são considerados bens infungíveis.
- b) São consumíveis os bens móveis destinados à alienação.
- c) As benfeitorias poderão ser úteis, quando aumentam ou facilitam o uso do bem; voluptuárias, quando servem de mero recreio ou deleite, mesmo que sejam de elevado valor; ou necessárias, quando têm por fim conservar o bem ou evitar sua deterioração.
- d) Os bens públicos podem ser dominicais, de uso especial ou de uso comum do povo, tendo, neste último caso, o seu uso de forma gratuita ou retribuída.
- e) Diferentemente dos bens de uso comum do povo e dos bens de uso especial, os bens dominicais poderão ser alienados e usucapidos.

Questão 26

Pessoa jurídica é a denominação dada ao conjunto de pessoas ou de bens arrecadados que adquirem personalidade jurídica própria através de uma ficção legal. No tocante às pessoas jurídicas, podemos dizer que se classificam como pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) Partidos políticos.
- b) Estados estrangeiros.
- c) Associações Públicas.
- d) Fundações.
- e) Organizações religiosas.

Questão 27

Os negócios jurídicos, ou seja, atos jurídicos em que há uma composição de interesses das partes com

uma finalidade específica, podem apresentar certos elementos acidentais adicionáveis pelas partes para modificar uma ou algumas de suas consequências naturais. Sobre tais elementos acidentais dos negócios jurídicos, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto.
- b) Salvo quando for motivo determinante da liberalidade, o encargo ilícito considerar-se-á como não escrito.
- c) Os elementos acidentais do negócio jurídico não atuam no plano de sua existência ou validade, mas sim no plano da eficácia.
- d) O encargo não suspenderá a aquisição do direito, porém sempre suspenderá seu exercício.
- e) Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.

PROVA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 28

No que tange à jurisdição e à ação, podemos afirmar que aquela é a atuação estatal, visando à aplicação do direito objetivo ao caso concreto, resolvendo-se com definitividade uma situação de crise jurídica, enquanto que a ação pode ser conceituada como um direito público, autônomo, abstrato e subjetivo de provocar o Estado, recebendo deste uma resposta, positiva ou negativa. Sobre os temas da jurisdição e da ação, podemos afirmar que:

- a) Um dos princípios da jurisdição é o da investidura, pelo qual a jurisdição será exercida em todo o território nacional, conforme as disposições do Código de Processo Civil.
- b) Para postular em juízo, é necessário ter interesse, legitimidade e possibilidade jurídica do pedido.
- c) Existe possibilidade de alguém intentar uma ação meramente declaratória, bastando, apenas, que não tenha sido ainda violado o direito.
- d) É possível pleitear direito alheio em nome próprio.
- e) Em caso de ações declaratórias, o interesse do autor apenas poderá limitar-se à existência, inexistência ou modo de ser de uma relação jurídica.

Questão 29

A competência é a medida da jurisdição, ou seja, é a quantidade de jurisdição delegada a um determinado órgão ou grupo de órgãos, de modo que, sobre tal instituto, é correto dizer que:

- a) A competência relativa pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição, razão pela qual pode ser denominada de improrrogável.
- b) Assim como a competência em razão do valor, a territorial, por ser sempre relativa, é também sempre passível de derrogação por vontade das partes.
- c) A competência relativa pode ser alegada por qualquer das partes, inclusive pelo Ministério Público nas causas em que atuar.
- d) Quando se tratar de ações fundadas em direito real sobre imóveis, seja qual for o direito, é sempre competente o foro de situação da coisa, não cabendo ao autor a opção pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição.
- e) A competência relativa será arguida em preliminar de contestação, ao passo que a absoluta, por se tratar de matéria de ordem pública, deve ser arguida a qualquer tempo, por meio de exceção de incompetência.

Questão 30

Com relação aos prazos para prática de atos processuais, é correto afirmar:

- a) A defensoria pública terá prazo em dobro para recorrer e, em quádruplo, para contestar, salvo se a lei dispuser em contrário.
- b) Caso não exista, em lei, prazo para praticar determinado ato, e o juiz também seja omissivo quanto a este, o prazo para a prática de ato processual, a cargo da parte, será de cinco dias úteis.
- c) Em comarcas, seções ou subseções judiciárias onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até três meses.
- d) Interrompem-se os prazos durante a execução de programa instituído pelo Poder Judiciário para promover a auto-composição, incumbindo aos tribunais especificar, com antecedência, a duração dos trabalhos.
- e) Por serem preceitos de ordem pública, as partes não poderão renunciar aos prazos estabelecidos em seu favor, mesmo que o façam de maneira expressa.

Questão 31

A respeito da citação e da intimação, formas de comunicação de atos processuais, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A citação válida tem como efeitos: induzir litispendência, tornar litigiosa a coisa e constituir em mora o devedor, mesmo quando ordenada por juízo incompetente.
- b) Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e termos do processo.

- c) Caso necessário, a intimação poderá ser feita por edital.
- d) Em condomínios edilícios ou nos loteamentos com controle de acesso, será válida a entrega do mandado a funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência que, entretanto, poderá recusar o recebimento, se declarar, oralmente ou por escrito, sob as penas da lei, que o destinatário da correspondência está ausente.
- e) A citação será feita por edital quando desconhecido ou incerto o citando ou quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que este se encontrar.

Questão 32

Uma das novidades trazidas ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Novo Código de Processo Civil foi a positivação dos negócios jurídicos processuais. Sobre eles, podemos afirmar de maneira correta:

- a) Os requisitos para que seja possível a negociação processual são: que os direitos admitam auto-composição; que as partes sejam plenamente capazes e que a negociação não atrapalhe o normal trâmite dos demais processos existentes na vara judicial.
- b) Caso ocorra a calendarização processual, os prazos previstos no calendário não poderão ser modificados.
- c) A negociação processual deverá ocorrer antes do trâmite processual, de modo a não surpreender o magistrado, que poderá ter sua atuação prejudicada.
- d) O calendário processual deve ser feito de comum acordo entre as partes e o juiz, de modo a vincular todos os envolvidos. Entretanto, a calendarização dos atos não tira da seção judiciária a obrigação de intimar as partes para a prática dos atos processuais.
- e) Em situações de inserção de cláusula abusiva de negociação processual em contratos de adesão, o juiz poderá, de ofício, controlar a validade das convenções negociais.

Questão 33

Não será realizada a citação, salvo para evitar o perecimento de direito:

- a) Quando alguém estiver participando de culto religioso.
- b) De noivos, nos sete primeiros dias seguintes ao casamento.
- c) De doentes, quando grave seu estado, desde que tal situação não exceda dez dias.
- d) De cônjuge, companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou

na linha colateral até o terceiro grau inclusive, no dia do falecimento e nos sete dias seguintes.

- e) De noivos, nos cinco primeiros dias seguintes ao casamento.

Questão 34

Os recursos processuais podem ser corretamente denominados como espécie do gênero “meios de impugnação de decisão judicial” e, sobre eles, podemos afirmar:

- a) Os recursos podem ser interpostos pela parte vencida, pelo terceiro e, até mesmo, pelo Ministério Público, seja como parte ou como fiscal da ordem jurídica.
- b) Por ser ato voluntário, os recursos admitem desistência, salvo se a questão objeto do recurso tenha tido sua repercussão geral conhecida.
- c) O Novo Código de Processo Civil inovou quanto à uniformização de alguns dos prazos processuais. De modo que o prazo para interpor e responder qualquer recurso será de quinze dias.
- d) Em caso de solidariedade passiva, o recurso interposto por um devedor sempre aproveitará aos outros solidários.
- e) Caso, na interposição do recurso, for verificada a insuficiência no valor do preparo, inclusive do porte de remessa e de retorno, será aplicada a pena de deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a realizar o recolhimento em dobro no prazo de cinco dias.

Questão 35

Em se tratando de processo cível, determina-se apelação o recurso cabível contra sentenças, espécie de decisão judicial, seja ela terminativa ou definitiva. Sobre tal recurso, marque a assertiva correta.

- a) A apelação, em regra, não terá efeito suspensivo, podendo, entretanto, o apelado promover o pedido de produção desse efeito em caso de sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória.
- b) Se for emitida uma decisão interlocutória da qual não seja possível interpor o recurso de agravo de instrumento, as questões decididas não serão cobertas pela preclusão e devem ser suscitadas em preliminar de apelação, eventualmente interposta contra a decisão final, ou nas contrarrazões.
- c) Levando em consideração o efeito devolutivo da apelação, só poderão ser apreciadas pelo tribunal as questões resolvidas pelo juiz de primeiro grau.
- d) As questões de fato que não foram propostas no juízo inferior não poderão ser suscitadas na apelação, mesmo quando a parte deixou de fazê-las por motivo de força maior, devido ao princípio da congruência.

- e) Quando reformar uma sentença que reconheça a decadência ou prescrição, o tribunal deverá devolver o processo ao juízo de primeiro grau para que julgue o mérito do processo.

PROVA: DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 36

A Constituição da República vigente (CR/88) cuida da imunidade. Nos termos do que dispõe o texto constitucional, assinale a alternativa incorreta sobre o tema:

- a) A imunidade abrange apenas os impostos, não alcançando as demais espécies tributárias, uma vez que não há determinação expressa na Constituição Federal. A taxa também não é alcançada pela imunidade recíproca, circunscrita aos impostos, tributos para cuja incidência é indiferente à prestação de uma atividade estatal específica. Exceção se verifica quanto às taxas atreladas ao fornecimento de serviços públicos ou ao exercício do poder de polícia, a exemplo do registro de nascimento e certidões de óbito;
- b) O intuito do constituinte originário em fazer menção expressa da imunidade ao papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos foi assegurar a liberdade de expressão, garantindo a exoneração de impostos. Esta regra serve apenas para os livros em papel, não garantindo aos exemplares divulgados por outro meio que não o papel, a exemplo dos E-books;
- c) A Constituição Federal estabelece em vários dispositivos a imunidade sobre as exportações. Tal postura objetiva estimular as exportações brasileiras, fato que influenciará no resultado da balança comercial, equilibrando-a, e, por via indireta, no desenvolvimento da indústria nacional, ao tributar as importações e favorecer as exportações.
- d) Dentre os requisitos para que uma entidade goze de da imunidade tem-se: i) não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; ii) aplicarem integralmente no país os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, iii) manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão. Caso não sejam cumpridos tais requisitos, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício;
- e) É vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios instituir impostos sobre os templos de qualquer culto. Esta restrição apenas compreende o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as atividades essenciais da entidade, contudo, o STF entende que o IPTU do imóvel de propriedade da entidade, mesmo alugado, será

imune, ainda que não esteja sendo utilizado diretamente na atividade finalística da entidade.

Questão 37

A tributação está diretamente relacionada ao papel do Estado em prover as necessidades do ser humano em viver em uma sociedade organizada. Seus percentuais variam de país para país, porém, suas funções são basicamente as mesmas, ou seja, fonte de receita que tem como objetivo financiar o Estado para que o mesmo possa manter a máquina pública e promover benfeitorias sociais de uso comum. A respeito dos tributos, assinale abaixo com F para falsa e V para verdadeira e, em seguida, indique a opção que contém a sequência correta:

() A Constituição Federal define a competência tributária dos entes federados e impõe limites ao seu exercício.

() A Lei de Normas Gerais estabelece os fundamentos e as diretrizes para que a tributação ocorra de maneira uniforme em todo o território nacional, cumprindo o papel que lhe foi atribuído no art.146 da CF.

() O ente tribuante cria o tributo, exercendo a competência que lhe foi outorgada pela CF, observados os limites impostos pela lei de normas gerais.

() O Decreto regulamentador regulamenta a lei instituidora do tributo, respeitados os limites da própria lei.

- a) V V V V
b) F F V F
c) V V F F
d) V F F V
e) V V F V

Questão 38

Sobre o lançamento tributário, nos termos do Código Tributário Nacional, assinale a resposta correta:

- a) Ao se estabelecer a competência privativa da autoridade administrativa para efetuar o lançamento, permitiu-se a delegação dessa função;
- b) No lançamento da penalidade pecuniária pela autoridade administrativa, deve ser observada e aplicada a legislação vigente à época da ocorrência do fato gerador;
- c) É possível a retroatividade da lei tributária. Ao aplicar-se essa retroatividade, pode-se atribuir responsabilidade tributária a terceiros;
- d) No lançamento por homologação, na omissão comprovada do sujeito passivo ou da pessoa legalmente obrigada a realizar a atividade de lançamento, a autoridade administrativa efetuará lançamento de ofício;

e) Aplica-se ao lançamento tributário, a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído nova alíquota para o tributo.

Questão 39

Cláudio, um menor de idade de 6 anos recebeu, na qualidade de herdeiro testamentário, um imóvel de seu tio, por ocasião de sua morte. O imóvel, localizado no Recife, foi avaliado em R\$ 450.000,00. Houve aceitação da herança pelos pais do menor que naquele ato o representaram. No caso apresentado, sabe-se ser devido o imposto na transmissão causa mortis de bens. Em relação ao tributo devido, assinale a resposta correta:

- a) O imposto caberá apenas aos pais do menor, uma vez que o menor não tem capacidade jurídica para ser, de forma isolada, contribuinte do imposto de transmissão;
- b) Embora incapaz civilmente, o menor citado no exemplo acima possui aptidão para figurar como sujeito passivo da obrigação tributária e seus pais responderão solidariamente com ele neste ato;
- c) O tributo será devido apenas pelo menor porque é ele quem expressa capacidade tributária passiva;
- d) O tributo será devido pelos pais do menor, em qualquer caso, devendo respeitar a formalização do lançamento tributário nos moldes da legislação em vigor;
- e) O tributo será devido pelos pais até o momento da transmissão do bem; após a consolidação do imóvel no nome do menor, apenas ele figurará o polo passivo da obrigação, uma vez que expressará a capacidade tributária.

Questão 40

Ocorrido o fato gerador de determinado tributo, inicia-se o prazo para que a Fazenda Pública efetue o lançamento do tributo. Determinado município lançou o IPTU no tempo legal cabível. O contribuinte discordou do valor lançado e ofereceu impugnação administrativa tempestiva a qual, após julgamento, não obteve sucesso. O contribuinte preferiu não ingressar com ação judicial, dando ensejo a que a Fazenda Pública Municipal pudesse cobrar o crédito tributário constituído pelo lançamento. Assinale abaixo a alternativa que contenha, **na ordem citada**, a indicação: do prazo para que a Fazenda Pública realize o Lançamento Tributário; o obstáculo jurídico para que se inicie o prazo para a cobrança do crédito tributário definitivamente constituído; o prazo para que a Fazenda Pública possa cobrar do contribuinte o crédito tributário definitivamente constituído:

a) decadência; suspensão da exigibilidade do crédito tributário; prescrição.

- b) suspensão da exigibilidade do crédito tributário, decadência e prescrição.
- c) prescrição; suspensão da exigibilidade do crédito tributário; decadência.
- d) suspensão da exigibilidade do crédito tributário; prescrição; decadência.
- e) decadência; prescrição; suspensão da exigibilidade do crédito tributário.